

ATA 452ª SESSÃO ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às 14 horas e 05 minutos, na sala de sessões do Conselho Deliberativo do IPERGS, situada no décimo segundo andar do prédio, nº. 1.945, da Avenida Borges de Medeiros, em Porto Alegre – RS, realizou-se a segunda sessão, no mês, do Colegiado, sob a Presidência do Conselheiro **Cláudio Luís Martinewski**, Presidente do Conselho, e secretariada por mim, Eliana Alves Maboni, Secretária do Conselho. **I) Abertura:** Havendo número legal de Conselheiros foi, pela Mesa, declarada aberta a sessão, que contou com a presença dos Conselheiros: **Bayard Schneider Bernd, Cláudio Luís Martinewski, Édino José Alves, Eunice Terezinha Cardozo Bello, Heriberto Roos Maciel, Kátia Terraciano Moraes e Roberto Max Liebstein.** O Conselheiro Álvaro de Medeiros foi substituído por seu suplente, **Paulo César Balardin.** O Conselheiro Luís Fernando Alves da Silva foi substituído por seu suplente, **Ives Agamenon Leite Lucas.** As assinaturas foram apostas em folha especialmente identificada para registro de presenças, que fica fazendo parte da presente ata. **II) Ausências justificadas: César Oliveira Rodrigues de Paulo, Daniela Fabiana Peretti Rivas e Manoel da Silva Fernandes.** **III) Leitura e aprovação da ata da sessão anterior:** A seguir, foi efetuada a leitura da Ata nº 451 que, depois de aprovada, será assinada por mim, secretária do Conselho, e pelo Senhor Presidente. **IV) Correspondências Recebidas:** Processo nº 047285/15-0. **V) Correspondências Expedidas:** Ofício ao Diretor-Presidente, solicitando informações a respeito da minuta do anteprojeto de Lei do IPE-Saúde; Ofício ao Diretor Administrativo-Financeiro, solicitando providências quanto à acessibilidade do prédio. **VI) Pauta:** Dando início à pauta, foi passada a palavra à Conselheira Kátia Terraciano Moraes, que procedeu ao relatório e parecer do Processo nº 052439/14-0, que trata do Suporte para Capacitação de Tratamento Especial em Domicílio. A Conselheira relatou que, após retorno da matéria, com as respostas às diligências, verifica que restou clareada e satisfatoriamente fundamentada a retirada da Coparticipação dos beneficiários do SAD, tendo sido aprovada pela Diretoria Executiva. Assim, considerando essas circunstâncias, bem como a consistência técnica do trabalho realizado pela equipe multiprofissional envolvida neste projeto, a Conselheira votou pela aprovação da minuta de Resolução e da minuta de Portaria, reguladoras do benefício proposto, sendo aprovado o seu relatório por unanimidade dos Conselheiros presentes à sessão, ou seja, por 9 (nove) votos. Logo após o Diretor de Saúde Alexandre Escobar, presente na sessão para prestar esclarecimentos em relação ao Serviço de Atendimento Domiciliar, falou sobre a importância do Suporte de Atendimento Domiciliar, bem como

35 sobre os benefícios aos segurados, destacando que a retirada da Coparticipação teve por
36 motivação o fato de que os valores envolvidos em Home Care poderiam ser um impeditivo
37 para deliberar em relação ao atendimento, estimulando a encaminhamentos de forma
38 judicial. Agradecendo a presença do Diretor de Saúde e da equipe da Saúde presentes na
39 sessão, o Presidente passou para o seguinte item da pauta, comunicando a ausência do
40 Conselheiro Luís Fernando Alves da Silva por motivo particular, de modo que o relatório e
41 parecer do Processo nº 027259/14-4, que trata do Relatório de Gestão, exercício 2013, ficou
42 pautado para a próxima semana. Da mesma forma, o relatório e parecer do Processo nº
43 023170/15-4, que trata do Relatório da Gestão, exercício 2014, ficou mantido na pauta para
44 a próxima sessão. Nos Assuntos de Ordem Geral, a Conselheira Kátia falou sobre a
45 importância de solicitar esclarecimentos junto ao Diretor-Presidente do Instituto em relação
46 ao encaminhamento dado à minuta do anteprojeto de Lei que trata da reforma da Legislação
47 do IPE-Saúde. Os Conselheiros fizeram várias ponderações em relação ao assunto e ficou
48 como encaminhamento, por sugestão do Conselheiro Paulo Cesar Balardin, oficial ao
49 Diretor-Presidente do Instituto para que o mesmo se manifeste em relação ao
50 encaminhamento dado ao anteprojeto de lei encaminhado pelo Conselho Deliberativo e/ou
51 se existe eventualmente algum outro anteprojeto, destacando ainda que, em caso da
52 existência de outro projeto divergente, não seja encaminhado à Casa Civil antes da vinda do
53 Presidente do Instituto ao Conselho. Ficou deliberado convidar o Diretor-Presidente para
54 comparecer ao Conselho no dia 23/12/2015, na próxima sessão ordinária, para se
55 pronunciar em relação ao assunto. A Conselheira Eunice relatou ter presenciado um
56 acidente na entrada do Instituto, no dia de hoje, quando uma segurada, visivelmente
57 debilitada na sua condição física, e seu acompanhante, que precisaram vir pessoalmente
58 fazer o cadastramento, tiveram uma queda na escada rolante, o que ocasionou-lhes
59 ferimentos leves (reservados os nomes com a Conselheira). A segurada se deparou com
60 problemas para ingressar no prédio em função da falta de acessibilidade e esclarecimento
61 em relação à existência de entrada com maior acessibilidade na parte dos fundos do prédio.
62 Ficou como encaminhamento dar ciência à Presidência do Instituto, para que sejam
63 tomadas medidas junto à Diretoria Administrativo-Financeira, narrando o fato ocorrido e
64 solicitando providências em relação ao assunto, sugerindo, ainda, elevador para
65 acessibilidade, placas indicativas informando a acessibilidade do prédio nos fundos do
66 Instituto, orientação de apoio e ajuda dos guardas terceirizados, bem como verificar junto à
67 EPTC a orientação da placa indicativa para pessoas com deficiência e a alteração da via
68 para acesso aos fundos do Instituto. Dando sequência à sessão, o Conselheiro Bayard

69 registrou uma nota de repúdio se referindo ao desrespeito aos servidores públicos em
70 situação de extremo constrangimento, eis que o Banrisul está condicionando a liberação do
71 empréstimo para pagamento do 13º salário à negociação de dívidas e ações judiciais.
72 Destacou a fala do Secretário da Fazenda, Giovani Feltes, o qual afirmou que “o empréstimo
73 junto ao sistema bancário, em particular o Banrisul, é algo mercadológico”, ou seja, um
74 produto que o banco colocou no mercado para apresentar uma linha de crédito específica
75 para os servidores do Estado. O Conselheiro disse ser uma obrigação do Estado pagar a
76 todos os seus servidores, independente da situação do Estado. **VII) Pauta da próxima**
77 **sessão: 1-** Relatório e parecer do Processo nº 027259/14-4, que trata do Relatório de
78 Gestão, exercício 2013 – Relator Luís Fernando Alves da Silva; **2-** Relatório e parecer do
79 Processo nº 023170/15-4, que trata do Relatório de Gestão, exercício 2014 – Relator
80 Roberto Max Liebstein. **VIII) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foi, pelo Senhor
81 Presidente, encerrada a sessão às 16 horas e 05 minutos, da qual, para constar, foi lavrada
82 a presente ata, que será objeto de leitura e aprovação na próxima sessão, sendo assinada
83 por mim, Eliana Alves Maboni, Secretária do Conselho, e pelo Senhor Presidente. -*-*-*-*-

84 Sala Augusto de Carvalho, 16 de dezembro de 2015.

85

86 **Eliana Alves Maboni**
87 Secretária do Conselho

Cláudio Luís Martinewski
Presidente do Conselho

88